

## **ANÁLISE DO DISCURSO DE DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE EDUCAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS**

*Klinger Teodoro Ciríaco*<sup>1</sup>, *Fernando Schindwein Santino*<sup>2</sup>

*Isabella de Freitas Noronha*<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este artigo discute a integração entre cuidar e educar na Educação Infantil, com foco especial em crianças menores de três anos. Para tanto, o objeto de análise foram documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) que oferecem orientações ao trabalho pedagógico com base na indissociabilidade do binômio cuidar e educar, ressaltando a necessidade da continuidade da exploração e aprimoramento do trabalho docente a fim de garantir o desenvolvimento para crianças em seus primeiros anos de vida no contato com o mundo. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-analítico, que envolve o procedimento de análise documental. Analisamos os seguintes documentos: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como conclusão, a análise desses documentos possibilitou perceber a presença de uma preocupação e certa evolução na compreensão do binômio, com uma ênfase crescente nas especificidades das práticas pedagógicas para bebês e crianças menores de três anos. Por fim, destacamos a necessidade de comprometimento contínuo com a melhoria da qualidade da Educação Infantil, incluindo a formação profissional e desenvolvimento de processo educativos que sejam capazes de fortalecer princípios de cuidado e educação.

**Palavras-chave:** Cuidar e Educar; Análise Documental; Documentos Oficiais.

### **DISCOURSE ANALYSIS OF OFFICIAL DOCUMENTS REGARDING EARLY CHILDHOOD EDUCATION**

### **Abstract**

This article discusses the integration between caring and educating in Early Childhood Education, with a special focus on children under three years of age. To this end, the object of analysis were official documents from the Ministry of Education (MEC) that offer guidelines for pedagogical work based on the

<sup>1</sup> PhD em Currículo pela FEIS/Unesp Ilha Soleira (SP) e Doutor em Educação pela FCT/Unesp Presidente Prudente (SP). Professor Adjunto do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação (PPGE/UFSCar). Líder do "MANCALA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática, Cultura e Formação Docente" (CNPq).

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Integrante do "MANCALA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática, Cultura e Formação Docente" (CNPq).

<sup>3</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).



inseparability of the binomial caring and educating, highlighting the need for continued exploration and improvement of teaching work in order to guarantee the development for children in their first years of life in contact with the world. The methodology adopted was qualitative research, of a descriptive-analytical nature, which involves the document analysis procedure. We analyzed the following documents: National Curricular Reference for Early Childhood Education (RCNEI), National Curricular Guidelines for Early Childhood Education and National Common Curricular Base (BNCC). In conclusion, the analysis of these documents made it possible to perceive the presence of a concern and a certain evolution in the understanding of the binomial, with a growing emphasis on the specificities of pedagogical practices for babies and children under three years of age. Finally, we highlight the need for continuous commitment to improving the quality of Early Childhood Education, including professional training and development of educational processes that are capable of strengthening principles of care and education.

**Keywords:** Care and Educate; Documentary Analysis; Official Documents.

## 1. Introdução

O objetivo do artigo reside em explorar, via análise documental, como se dá a integração entre o binômio *cuidar e educar* e em como este contribui para o desenvolvimento holístico da criança, enfatizando a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social a partir do discurso dos documentos oficiais, a saber: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A aproximação com a temática em questão se deve à importância crescente da Educação Infantil na sociedade contemporânea e à necessidade de compreender como as políticas educacionais influenciam a prática pedagógica junto aos bebês e crianças bem pequenas (menores de três anos). O foco nos documentos da Educação Infantil visa aprofundar a compreensão sobre como as orientações descritas nestes moldam a abordagem do cuidado e da educação na faixa etária supracitada, a qual consideramos de fundamental importância ao desenvolvimento humano.

Do ponto de vista acadêmico, a discussão sobre a educação de bebês e crianças bem pequenas no Brasil é de extrema relevância. O reconhecimento da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica representa um marco histórico e um avanço significativo nas políticas educacionais do país. No entanto, esta etapa ainda carece de aprofundamento teórico e prático, especialmente no que diz respeito ao binômio cuidar e educar que possam investigar de perto o cotidiano das instituições e a prática pedagógica de educadores.

A análise do discurso presente nos documentos oficiais da Educação Infantil na perspectiva curricular, ideológica, das relações de poder e da cultura são fundamentais para desvelar as orientações que guiam a prática pedagógica

nessa etapa. Tais documentos desempenham um importante papel na formulação de políticas educacionais e na orientação das práticas dos profissionais que trabalham com bebês e crianças bem pequenas. Portanto, a pesquisa nessa área é essencial para promover uma educação de qualidade e para garantir que as políticas estejam alinhadas com as melhores práticas e com os princípios éticos que norteiam a educação.

## 2. Referencial teórico

A história da Educação Infantil no Brasil é caracterizada por um desenvolvimento que envolve esferas públicas, privadas, filantrópicas e comunitárias. Mesmo que existam registros dessas iniciativas há mais de um século, foi apenas em 1934 que se estabeleceu o primeiro direito legalmente garantido para a Educação Infantil, quando a legislação assegurou a criação de creches nos locais de trabalho das funcionárias mães, uma conquista posteriormente reafirmada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme destacado por Campos (1998). Segundo Kuhlmann Jr. (2003, p. 469):

Pode-se falar de Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização.

Na década de 1930, sob a liderança de Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância, surgiram os parques infantis, focados na assistência a crianças de 3 a 7 anos, abrangendo higiene, saúde e educação. Com o passar dos anos, esses parques foram oficializados e adquiriram uma função mais social do que educacional, o que acabou gerando críticas e levou à sua substituição por modelos mais voltados para a educação escolar, como apontado por Souza (2012).

Durante a década de 1960, uma variedade de modalidades de atendimento infantil emergiu, refletindo a crescente demanda por vagas para crianças. Foi apenas nos anos 70 que a delimitação desse atendimento começou a se formar, impulsionada por pesquisas que indicavam o impacto positivo da educação pré-escolar na redução da evasão e repetência escolar. Segundo Bernardi (2005), essa perspectiva levou à expansão do atendimento em sistemas de educação pública, uma vez que o atendimento era destinado ao público das classes operárias, a federalização dos parques, tornando-os oficiais e públicos, tinha a concepção de formação de novos cidadãos brasileiros.

Na década de 1980, a municipalização da Educação Infantil em São Paulo deu origem à Escola Municipal de Educação Infantil (E.M.E.I), focada em crianças

de 4 a 6 anos. Paralelamente, crescia o atendimento assistencial em creches comunitárias, estimuladas por movimentos sociais e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) (Kramer, 1999).

A Constituição Federal Brasileira – CF (Brasil, 1988) marcou um ponto de virada, reconhecendo todas as crianças de 0 a 6 anos como sujeitos de direitos e garantindo o acesso à educação. Posteriormente, a Lei 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1991), reforçou essa garantia. Nos anos 90, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 caracterizou a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, exigindo formação superior para os profissionais da área.

O reconhecimento da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, estabelecido pela LDB 9.394/96, constitui marco significativo na educação brasileira. Esse reconhecimento não apenas integra a Educação Infantil ao sistema formal de ensino, mas também reafirma sua importância como fundamento para o desenvolvimento integral da criança. Segundo o artigo 29 da LDB, a "Educação Infantil tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até três anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (Brasil, 1996, p. 11).

A diversidade de abordagens e resultados aponta para a complexidade e a multidimensionalidade da Educação Infantil. Entende-se que, para atender aos objetivos estabelecidos pela LDB, é necessário um esforço conjunto que inclua práticas pedagógicas adequadas, formação qualificada dos profissionais, ambientes estimulantes e participativos, além de uma efetiva parceria com familiares.

A análise dos estudos acadêmicos demonstra que, para alcançar os objetivos propostos, é necessário um esforço conjunto e multidisciplinar que inclua práticas pedagógicas apropriadas, formação qualificada de professores, ambientes educacionais estimulantes e a parceria entre escolas e famílias.

Desse modo, o reconhecimento da Educação Infantil na LDB como a primeira etapa da Educação Básica é um passo fundamental para assegurar a qualidade e a efetividade da educação nessa fase crucial do desenvolvimento humano. Diversos autores, como Kramer (1999), Cerisara (1999) e Corsino (2020) têm contribuído, significativamente, para a compreensão desta fase educativa, oferecendo perspectivas diversas sobre os desafios e as tendências na educação de bebês e crianças menores de seis anos de idade.

Barbosa (2010), em sua obra "Especificidades da Ação Pedagógica com os Bebês", aborda as particularidades do trabalho educativo com crianças de 0 a 3 anos. A autora enfatiza a importância de práticas pedagógicas que reconheçam as especificidades dos bebês, destacando a relevância de um ambiente estimulante e acolhedor que favoreça o desenvolvimento integral destes.

Paiva (2023) analisa a interação entre a Educação Infantil e as famílias, destacando a importância da parceria entre escola e família para o

desenvolvimento integral das crianças. Argumenta que a participação ativa dos pais no contexto educativo enriquece o processo de aprendizagem e fortalece os laços entre a escola e a comunidade.

Os estudos supracitados, ao serem comparados, revelam uma convergência em torno da importância da Educação Infantil como alicerce para o desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida. Paiva (2023) amplia a discussão para o ambiente escolar e a relação com as famílias.

Cerisara (1999) destaca a dualidade entre educar e cuidar na Educação Infantil, uma questão central nas discussões pós-LDB. Seu trabalho ressalta a necessidade de superar a visão tradicional que separa o cuidado (visto como uma atividade mais ligada ao feminino e menos valorizada) da educação (considerada como a verdadeira prática pedagógica). Essa dicotomia tem implicações significativas para a formação de professores e para as práticas em ambientes de Educação Infantil, influenciando a qualidade da educação às crianças.

Durante as últimas décadas, foi possível constatar duas formas de caracterização dos diferentes tipos de trabalhos realizados em creches e pré-escolas: por um lado, havia as instituições que realizavam um trabalho denominado "assistencialista" e, por outro, as que realizavam um trabalho denominado "educativo" (Cerisara, 1999, p. 2).

Kramer (1999) reflete sobre as concepções de infância e suas implicações para a Educação Infantil. A autora argumenta que a maneira como a sociedade compreende a infância influencia diretamente nas práticas educativas e nas políticas públicas voltadas para essa etapa da educação. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Campos e Rosemberg (1994) abordam a formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, destacando a necessidade de um perfil docente que integre o cuidado e a educação, dois aspectos fundamentais nesta etapa da educação. Kramer (1999), ao abordar as concepções de infância, traz para o debate a importância de reconhecer as crianças como pessoas de direitos e protagonistas de seu próprio desenvolvimento. A compreensão de que a infância não é apenas uma preparação para a vida adulta, mas uma fase com características e necessidades próprias, é crucial para a elaboração de currículos e práticas pedagógicas adequadas.

A discussão sobre a Educação Infantil pós-LDB, enriquecida pelas contribuições de autoras como Maria Malta Campos (1994), Fúlvia Rosemberg (1994), Sônia Kramer (1999), Ana Beatriz Cerisara (2002), Lenira Haddad (2012) e Patrícia Corsino (2020), trazem à tona questões fundamentais sobre as práticas pedagógicas, formação de professores, políticas públicas e concepções de infância.

Corsino (2020), ao discutir o cotidiano das práticas pedagógicas e nas políticas públicas que moldam a Educação Infantil, evidencia como as decisões políticas afetam diretamente o cotidiano das escolas e creches, e como é importante que as políticas públicas estejam alinhadas com as necessidades reais das crianças e dos profissionais que atuam nessa etapa da educação.

A Educação Infantil pós-LDB, portanto, é marcada por um intenso debate sobre como atender às necessidades das crianças de maneira integral, respeitando suas particularidades e assegurando um desenvolvimento pleno. A formação de professores, as práticas pedagógicas, o ambiente educacional, a relação com as famílias e o alinhamento com políticas públicas eficazes são aspectos cruciais para garantir a qualidade da Educação Infantil. As contribuições das autoras e autores até aqui referenciadas/os são fundamentais para a construção de uma visão mais abrangente sobre os desafios e as possibilidades na educação das crianças bem pequenas no Brasil.

Ao observarmos a concepção da Educação Infantil em documentos oficiais, verificamos uma evolução na maneira como o currículo é compreendido e desenvolvido no interior das instituições de educação para a infância.

O primeiro documento a ser destacado, na história da Educação Infantil brasileira, é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (Brasil, 1998). Este documento foi um dos primeiros a fornecer orientações nacionais para pensar um currículo para os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas em nosso país. Este promoveu a ideia de que a Educação Infantil deve ser centrada na criança, respeitando sua individualidade e estimulando seu desenvolvimento em diversos aspectos. O RCNEI sugere a organização do currículo em torno de eixos norteadores como: "Movimento", "Música", "Artes Visuais", "Linguagem Oral e Escrita", "Natureza e Sociedade", "Matemática", "Expressão da Sexualidade", "Construção de Vínculos", "A Afetividade na Educação", "Aprendizagem", "Imitação", "Brincar", "Linguagem" e "Apropriação da Imagem Corporal", enfatizando o jogo e a brincadeira como eixos estruturantes das experiências de aprendizagem.

A partir de tal documento, Cerisara (2002) debruça-se em realizar uma apreciação crítica às limitações do RCNEI que estão relacionadas ao que os educadores da área da Educação Infantil têm demonstrado sobre a necessidade de criar um trabalho que leve em conta as particularidades e a diversidade cultural das crianças, sem declarar um modelo único e autêntico. Para tanto, Cerisara (2002) reivindica o espaço à vida, para a vivência das emoções e dos afetos – alegrias e tristezas, garantindo a sua crença em si mesmo e no seu direito de viver uma vida digna e agradável.

Com a promulgação da Lei 11.274/2006, a qual amplia o Ensino Fundamental para nove anos, houve revisão e publicação da versão oficial da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), tal documento trouxe uma visão mais ampla e atualizada do currículo, alinhando-o com os princípios da educação inclusiva, democrática e de qualidade. Os dizeres das diretrizes reforçam a ideia de que o currículo deve contemplar experiências que promovam o desenvolvimento integral da criança, incluindo ações que envolvam interações e brincadeiras. Estas diretrizes também ressaltam a importância da diversidade cultural, da sustentabilidade e da inclusão no ambiente educacional, desde a mais tenra idade.

Na leitura interpretativa que fazemos, desses dois documentos, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) e as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) estabelecem os parâmetros para a qualidade do cuidado e da educação nas instituições. Eles oferecem elementos sobre como criar ambientes de desenvolvimento/aprendizagem que sejam seguros, estimulantes e adaptados às necessidades das crianças pequenas, além de enfatizar a importância do brincar, da exploração e da interação social.

Na contramão do pensamento de um currículo orgânico, mediado pelas interações, e fortemente influenciada pelas políticas neoliberais, em 2018, é publicada a versão oficial da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018). Esta apresenta-se, em um primeiro momento, como avanço na estruturação do currículo da Educação Infantil a partir de "campos de experiências" e não mais por "áreas do conhecimento".

O debate crítico sobre esta centra-se, em grande parte, em sua operacionalização e implementação que busca empreender esforços no trabalho a partir de "competências" específicas e "habilidades" que as crianças devem desenvolver nessa fase, questão esta entra em conflito com a produção do conhecimento da área da Educação Infantil e que poderá, desde que não tenhamos uma visão crítica, contribuir para o movimento da escolarização precoce das crianças, o que temos também grandes ressalvas.

A BNCC se organiza em torno de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: "conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se". No que destaca o documento, tal abordagem busca assegurar que a Educação Infantil promova experiências ricas e significativas que contribuam para a formação integral da criança.

Segundo Barbosa, Silveira e Soares (2019), a BNCC pressupõe-se uma visão de monitoramento das práticas pedagógicas de professores e gestores, seus fundamentos estão pautados em uma vertente pragmática, individualista, segregativa e distante de uma visão política e pedagógica ampliadas, retirando a autonomia didático-pedagógica do ser docente de instituições educacionais e da visão crítica do processo de formação dos professores, favorecendo o apostilamento, com apoio em materiais didáticos, muitas das vezes, com versões desatualizadas.

Dessa maneira, precisamos pensar a constituição de um currículo vivo e que possibilite experiências diversas às crianças sem, especificamente, nos preocuparmos com competências e habilidades. Oliveira (2010), ao discorrer sobre currículo na Educação Infantil, reforça a importância de um currículo que seja sensível às múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil. Para ela, o currículo deve ser construído considerando o contexto social, cultural e afetivo das crianças, bem como suas necessidades e interesses individuais.

A trajetória dos documentos oficiais reflete uma crescente compreensão da importância do período da Educação Infantil no desenvolvimento humano e uma mudança na perspectiva sobre como deve ser o currículo nessa etapa educacional. A transformação do currículo de um modelo mais tradicional e centrado no adulto para um enfoque mais holístico e centrado na criança,

demonstra o compromisso em proporcionar uma educação que respeite e valorize as características únicas da primeira infância.

Em resumo, a educação de crianças menores de três anos é um campo complexo que requer uma abordagem holística, integrando cuidado e educação de maneira significativa. As práticas pedagógicas nesta fase devem ser flexíveis, responsivas às necessidades das crianças e centradas em proporcionar um ambiente rico em estímulos e oportunidades para o desenvolvimento integral. A integração de cuidado e educação é fundamental para garantir um começo de vida saudável e propício ao aprendizado e desenvolvimento contínuo.

### 3. Metodologia

Para nós, em um estudo sobre a Educação Infantil, a adoção de uma abordagem qualitativa de natureza descritiva-analítica revela-se pertinente. Esta abordagem, embasada em princípios discutidos por autores como Bogdan e Biklen (1994), prioriza a compreensão detalhada dos contextos, das interações humanas e das motivações subjacentes. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 16):

[...] utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico.

Embora os trabalhos de Bogdan e Biklen (1994) não se concentrem especificamente no domínio da Educação Infantil, os artifícios e conceitos por eles explorados oferecem parâmetros para investigar a dinâmica do cuidar e educar nesta fase educacional. Assim, ao adotar tais metodologias no contexto da Educação Infantil, pode-se aprofundar na análise das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas, trazendo à tona percepções e nuances que talvez fossem negligenciadas por abordagens mais generalistas.

Para Bogdan e Biklen (1994), a análise documental, pode se estabelecer numa técnica rica de abordagem de dados qualitativos, seja agregando os materiais obtidos, seja dedicando-se a novos aspectos de uma temática. Também refere-se a tentativa de identificar elementos nos documentos a partir de questões ou hipóteses de desejo. Escolhidos os documentos, o pesquisador realizará a análise das informações, para isso, o mesmo recorre normalmente à metodologia de análise de conteúdo que trata-se de uma técnica de averiguação do material de pesquisa.

Complementar a isso, ressaltamos ainda que "A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humana" (Helder, 2006, p. 1-2). Ao encontro desta ideia, Cellard (2008) propõe que ao analisar eventos passados, o documento escrito é uma fonte fundamental para pesquisadores nas ciências sociais. Nessa perspectiva,

é utilizado como testemunho único de atividades específicas ocorridas em um passado recente. O autor ressalta que, principalmente em eventos distantes no tempo, o documento, em muitos dos casos, significa a quase totalidade dos vestígios da atividade humana.

Como dito anteriormente, a análise documental, especialmente no contexto da educação, permite uma compreensão profunda das políticas, práticas e evoluções históricas em um campo específico. Ao analisar documentos como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é possível rastrear as mudanças nas percepções e práticas relacionadas à educação de bebês e crianças pequenas.

Desde a publicação da LDB, como vimos no referencial teórico deste artigo, houve uma série de publicações oficiais que buscaram demarcar o campo e o espaço da Educação Infantil. Nesta direção, para este estudo, buscamos entender como estas compreendem o binômio CuidarEducar.

Sendo assim, as publicações analisadas na pesquisa foram: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010); e Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018).

Na análise desses documentos, serão adotados critérios específicos focados em: Orientações sobre o Cuidar e Educar: Busca por passagens que descrevem diretrizes e recomendações sobre como integrar cuidado e educação na prática pedagógica, especialmente para bebês e crianças de até 3 anos; Fundamentos e Conceituações: Análise das fundamentações teóricas e conceituações presentes nos documentos que sustentam as orientações pedagógicas para a Educação Infantil.

Com base na análise documental, acreditamos ser possível evidenciar o que está posto nos documentos, bem como as ideias que estão nas "entrelinhas" dos documentos selecionados, sendo um percurso metodológico que permite ao leitor/a compreender documentos registrados no acervo de fenômenos humanos que são objetos de pesquisa das Ciências Sociais. Dessa forma, são ações que podem ser registradas e investigadas imediatamente após terem acontecido e/ou sido publicados. Deste modo, na seguinte seção apresentaremos a descrição e a análise de dados.

## **4. Descrição e Análise de Dados**

### **4.1 Apresentação dos documentos**

No ano de 1998 foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998). Este documento foi um dos primeiros a estabelecer diretrizes nacionais específicas para a Educação Infantil no Brasil. O RCNEI aborda aspectos como a organização do ambiente educativo, a importância do brincar na aprendizagem e o desenvolvimento infantil, além de fornecer orientações sobre o planejamento de atividades pedagógicas

adequadas para crianças pequenas. Além disso, o RCNEI marca um ponto inicial para a integração entre as práticas de cuidado e educação. Este documento propôs uma abordagem centrada na criança, valorizando o papel fundamental do brincar e das interações sociais como meio essenciais de desenvolvimento e aprendizagem.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (Brasil, 1998, p. 23).

O RCNEI é pioneiro em reconhecer a necessidade de um currículo específico para esta etapa da educação, valorizando as experiências lúdicas e a interação social como fundamentais no processo educativo. Este possui três volumes, sendo Volume 1: Introdução; Volume 2: Formação pessoal e social; Volume 3: Conhecimento de mundo. Organizados da seguinte forma: O primeiro volume revela-se como introdutório, apresentando uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, com ênfase nas concepções de criança, educação, instituição e do profissional. O segundo volume é relativo ao âmbito de experiência, Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças. No terceiro volume, destaca-se o Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

No ano de 2010, após diversos embates, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), fixaram orientações ao trabalho pedagógico no cotidiano das instituições e definem conceitos como criança, currículo, bem como destacam conhecimentos elementares e cruciais à cultura necessária para pensar propostas pedagógicas. Seu objetivo é fornecer-nos mais informações sobre como as crianças aprendem, o que pode ajudar-nos a pensar sobre como garantir que elas tenham o que têm direito a aprender nesta fase. Isso reforça a importância de preservar a forma como as crianças aprendem e, ao mesmo tempo, proporcionar-lhes acesso ao conhecimento cultural e científico e às relações com a natureza, tendo elas como centro do processo de aprendizagem, reunindo princípios, fundamentos e procedimentos para orientar as políticas públicas, além da elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares para a Educação Infantil.

As diretrizes consolidaram a visão de que essa etapa é a base da Educação Básica, destacando a importância de um currículo que integre cuidado e educação. O documento reforça a ideia de que todas as experiências na Educação Infantil devem ser educativas, inclusive os momentos de cuidado. Dentre outros, este documento tem por objetivo:

[...] estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. [...] reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil (Brasil, 2010, p. 11).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, publicada em 2018, serve como um referencial para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais, indo além do aspecto cognitivo e enfatizando também o desenvolvimento emocional e social das crianças. A BNCC reforça a necessidade de um currículo integrado que aborde todas as dimensões do desenvolvimento infantil. Todavia, esta, a partir de nossa apreciação crítica se fundamenta em perspectivas tecnicistas, uma vez que está centrada em "[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica" (Brasil, 2018, p. 7). Além disso, a BNCC fragmenta habilidades e competências, não levando em conta o ser humano de forma integral, com uma ideologia neoliberal, discussão esta que será ampliada na análise, a seguir.

#### **4.2 Análise do Discurso sobre Cuidar e Educar presente nos documentos**

A análise do discurso presente nesses documentos revela uma transformação na compreensão da importância do cuidado e da educação como aspectos indissociáveis na Educação Infantil. Há uma transição nítida do foco no cuidado como uma necessidade básica para uma abordagem mais integrada, onde cuidar é também educar. Isso implica a criação de ambientes de aprendizagem que sejam acolhedores, seguros e estimulantes, onde as crianças possam explorar, brincar e interagir, desenvolvendo-se de maneira integral, conforme ressaltado em Campos (1998).

Ao analisarmos a trajetória das políticas educacionais para a primeira infância, podemos compreender a organização do trabalho docente, a concepção de criança, desenvolvimento e aprendizagem, bem como a relação entre cuidar e educar e vice-versa.

Historicamente, a atuação docente na Educação Infantil concebia a criança como passiva e dependente, cultivando uma atitude de espera e falta de iniciativa, essa mudança no discurso reflete uma maior valorização das experiências da primeira infância. A integração de cuidado e educação na Educação Infantil, portanto, representa um avanço significativo na forma como a sociedade e o sistema educacional percebem e respondem às necessidades das crianças.

Esta evolução na abordagem sobre o cuidado e a educação reflete um entendimento mais profundo da importância desses primeiros anos de vida e reconhece a necessidade de práticas pedagógicas específicas que atendam às demandas únicas dos bebês e das crianças pequenas, o que é abordado em

Barbosa (2010), em sua obra "Especificidades da Ação Pedagógica com os Bebês".

Ressaltamos com base em Kramer (1999), o quão importante é o acesso e a permanência das crianças nos centros de Educação Infantil, para que estas, possam se reconhecer como pessoas de direitos e protagonistas de seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, torna-se evidente que a gratuidade da Educação Infantil corrobora para que tenhamos uma sociedade mais equitativa.

Na construção histórica da Educação Infantil, destacam-se documentos oficiais que moldaram diretrizes cruciais para o desenvolvimento educacional das crianças no Brasil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) aborda aspectos como a organização do ambiente educativo, a importância do brincar na aprendizagem e o desenvolvimento infantil, além de fornecer orientações sobre o planejamento de atividades pedagógicas adequadas para crianças pequenas.

Ao realizar a análise crítica do RCNEI, quando utilizamos o sistema de busca, nota-se que existe um tópico específico para a questão do Educar com subtópico sobre o "Cuidar", integrando, inclusive, a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. Com isso, ressalta a ideia de Barbosa (2010) da relevância de um ambiente estimulante e acolhedor que favoreça o desenvolvimento integral dessas crianças, independentemente da situação. Sendo assim, quando propiciados ambientes acolhedores e de fácil acesso, a educação é vivenciada por todos. Há um reconhecimento explícito de que as experiências de cuidado também são oportunidades educativas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) enfatizam a integração do cuidar e educar, ressaltando a importância de práticas educativas que promovam o desenvolvimento integral das crianças. Elas também abordam a necessidade de respeitar a diversidade e promover uma educação inclusiva e democrática, além disso, ressaltam a importância de práticas pedagógicas que considerem as características e necessidades das crianças menores de três anos, incluindo a segurança física e emocional e o desenvolvimento de laços afetivos. Há uma maior atenção às especificidades dessa faixa etária em comparação com o RCNEI.

O referido documento preconiza que a criança deve ser o centro do planejamento curricular, enfatizando a necessidade de considerá-la como sujeito de direitos e em processo de humanização. A participação efetiva da criança, proporcionando espaço para expressar preferências e pensamentos, torna-a protagonista do seu processo de aprendizagem. Mello (2006) destaca a importância de não apenas garantir a quantidade de informação, mas permitir que a criança se aproprie dela, atribua significado e expresse o sentido dessa apropriação.

A título de ilustração, educar, segundo o Parecer CNE/CEB nº 20/09, vai além das experiências vinculadas ao desenvolvimento intelectual e à aprendizagem de conhecimentos específicos. Destaca-se a necessidade de

trilhar o caminho da educação para a cidadania, promovendo uma formação participativa e crítica das crianças, proporcionando contextos para a expressão de sentimentos, ideias e questionamentos, com compromisso com o bem-estar coletivo e individual. A compreensão integrada do educar e cuidar implica não apenas em garantir segurança, mas também em alimentar a curiosidade, ludicidade e expressividade infantis.

A Educação Infantil deve trilhar o caminho de educar para a cidadania, analisando se suas práticas educativas de fato promovem a formação participativa e crítica das crianças e criam contextos que lhes permitem a expressão de sentimentos, idéias, questionamentos, comprometidos com a busca do bem estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade (Brasil, 2009, p. 8).

Além disso, a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, destaca a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias. Ressalta que a educação deve ser integral, entendendo o cuidado como indissociável do processo educativo. Enfatiza a necessidade de dar continuidade à educação familiar e de articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade. Propõe ainda situações de aprendizagem mediadas para a autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto organização, saúde e bem-estar, e destaca a promoção da interação, cuidado, preservação e conhecimento da biodiversidade e sustentabilidade da vida na Terra.

Ao comparar os documentos analisados, evidenciamos que os documentos oficiais como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), desempenham um papel crucial ao estabelecerem parâmetros que orientam a qualidade do cuidado e da educação nas instituições educacionais. Esses documentos oferecem diretrizes específicas sobre a criação de ambientes de aprendizagem seguros, estimulantes e adaptados às necessidades das crianças pequenas. Além disso, destacam a importância do brincar, da exploração e da interação social como elementos essenciais para o desenvolvimento infantil.

No que se refere à questão do cuidar, o RCNEI rejeita a concepção limitada do cuidar como atividade exclusivamente ligada ao corpo e direcionada às crianças menos privilegiadas. Ao contrário, atribui ao cuidado a condição de ser uma dimensão integral do currículo, destacando sua natureza ética ao incluir a promoção da qualidade de vida e sustentabilidade como direitos da criança. O cuidado, conforme delineado no texto, implica a organização de espaços e ações que propiciem diversas experiências, individuais e coletivas, promovendo o desenvolvimento da identidade, autoestima, autonomia e compreensão da importância de cuidar da própria saúde e bem-estar, assim como o bem-estar dos outros.

Vale ressaltar que estamos cientes que nem sempre o novo é melhor, neste entendimento, podemos e devemos realizar uma leitura crítica e minuciosa



nos novos documentos aprovados pela legislação brasileira. Uma vez que os documentos não são neutros, expressam os interesses e ideologias dos grupos que o formulam, especialmente das classes dominantes, e reflete o trabalho de educação e de formação dos alunos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi publicada em 2018. A BNCC destaca a importância de experiências de aprendizagem que sejam significativas e integradas, alinhadas com o desenvolvimento infantil. A BNCC é um documento de referência para a Educação Básica no Brasil, estabelecendo competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio.

Na BNCC, a palavra "cuidar" é localizada 6 vezes, sempre valorizando a questão da autonomia e cuidado da saúde física e emocional. Isso é destacado na BNCC, na seção das Competências Gerais da Educação Básica em: "Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas" (Brasil, 2018, p. 10).

Quanto ao educar, na BNCC, o termo é apresentado uma vez, relatado em: "A Educação Infantil no Contexto da Educação Básica" quando se escreve: "[...] vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo" (Brasil, 2018, p. 34).

A BNCC representa certo avanço na abordagem do cuidado e da educação, estabelecendo competências e habilidades específicas para a Educação Infantil. O documento inclui diretrizes claras sobre a importância de experiências de aprendizagem integradas e significativas, com ênfase especial nos direitos das crianças ao brincar, à exploração e à expressão. A BNCC oferece uma visão detalhada sobre o cuidado e a educação para bebês e crianças menores de três anos, destacando a necessidade de um ambiente de aprendizagem que seja ao mesmo tempo acolhedor e propício ao desenvolvimento cognitivo, físico e sócio emocional.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos [...] (Brasil, 2018, p. 39.)

Na BNCC destinada ao cuidar e educar na Educação Infantil, destaca-se a ênfase na argumentação fundamentada em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias

[...] que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, p. 9).

Além disso, "Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas" (Brasil, 2018, p. 10).

O entendimento de cuidado exige sensibilidade e delicadeza por parte do professor, atenção especial às necessidades individuais das crianças, estreitamento das relações com as famílias e o conhecimento das práticas socioculturais da comunidade, como exaltado em Paiva (2023). É ressaltada ainda, a construção da:

[...] identidade pessoal, social e cultural, incluindo a formação de uma imagem positiva de si e dos grupos de pertencimento por meio de experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens na instituição escolar e no contexto familiar e comunitário (Brasil, 2018, p. 38).

Durante interações sociais e cuidados pessoais, "[...] crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio" (Brasil, 2018, p. 40). A valorização do corpo na Educação Infantil é destacada, sublinhando seu papel nas práticas pedagógicas "[...] o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão" (Brasil, 2018, p. 41).

Autoras como Campos e Rosemberg (1994) e Kramer (1999) têm enfatizado a importância dessa mudança, argumentando que a educação de bebês e crianças pequenas deve ir além do simples cuidado físico. Elas defendem uma abordagem pedagógica que integre cuidado e educação, promovendo um ambiente rico em estímulos e experiências de aprendizagem adequadas a essa fase de desenvolvimento. Para tanto, defendem que as experiências de aprendizagem na primeira infância devem ser ricas, diversificadas e adaptadas às necessidades e interesses das crianças, promovendo seu desenvolvimento integral.

As ações propostas para bebês e crianças pequenas na creche incluem uma variedade de atividades, como pegar, experimentar, sacudir, morder, jogar, deslocar-se, escolher, explorar e ser sujeito da comunicação com os adultos, destacando-se como verbos de ação integrantes das propostas educativas. Essas práticas estão alinhadas aos direitos das crianças, conforme enfatizado por Campos e Rosemberg (1994).

A unidade entre cuidar e educar é compreendida como um meio de assegurar os direitos de todas as crianças, desde bebês, a um ambiente seguro e acolhedor que promova movimento, brincadeiras, exploração com autonomia progressiva e contato com a natureza. As ações indissociáveis de cuidar-educar não apenas garantem a proteção e o afeto, mas também a higiene, saúde, alimentação saudável e atenção especial durante a inserção nas instituições educacionais (Brasil, 2009).

Apesar de o binômio cuidar-educar ser frequentemente mencionado em documentos oficiais, discursos pedagógicos e planejamentos escolares, sua essência muitas vezes não é compreendida na prática. A falta de compreensão de que cuidar e educar formam uma unidade nas relações diárias de acolhimento, respeito e atenção à comunicação das crianças pode esvaziar o trabalho pedagógico na creche, impedindo o pleno desenvolvimento dos bebês e das crianças pequenas.

Na análise documental focada no binômio cuidar e educar na Educação Infantil, especialmente para bebês e crianças bem pequenas (0 a 3 anos), três documentos oficiais do sistema educacional brasileiro são centrais: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular.

Para além disso, há o reconhecimento da colaboração com as famílias como um componente crucial, assegurando que o cuidado e a educação das crianças sejam consistentes e contínuos entre o ambiente doméstico e a instituição educacional. Além disso, destaca que o cuidado e a educação na primeira infância não apenas têm impacto no campo educacional, mas também têm implicações significativas para a sociedade em geral, influenciando o desenvolvimento futuro das crianças e contribuindo para a sociedade como um todo.

De acordo com os documentos supracitados, o RCNEI desenvolve um texto explicativo, mesmo que com lacunas. Tal documento trata do que melhor contribui para o entendimento e mudanças de práticas em uma visão não controladora para democrática. Já as Diretrizes se apresentam sucintamente e de forma direta, sem orientações detalhadas em relação à Educação Infantil, que é o propósito desta análise. Por fim, a BNCC requer cuidados, pois, mesmo que apresente práticas tipicamente reconhecíveis à aprendizagem, é vista como técnica e fragmentada no que se refere às habilidades e competências.

Em conclusão, a análise do discurso sobre "cuidar e educar" nos documentos oficiais evidenciam uma perceptível mudança na compreensão desses conceitos, com uma ênfase crescente nas especificidades das práticas pedagógicas para bebês e crianças menores de três anos. Esta análise ressalta a necessidade de um olhar cuidadoso e integrado na Educação Infantil, que considere as necessidades holísticas e únicas de cada criança em seu desenvolvimento.

## 5. Considerações finais

Ao longo deste texto propusemo-nos analisar como se dá a integração entre o binômio *cuidar* e *educar* e em como este contribui para o desenvolvimento holístico da criança, enfatizando a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social a partir do discurso dos documentos oficiais. Houve uma evolução significativa na maneira como o cuidado e a educação são integrados nos documentos, passando de uma abordagem mais generalista para uma abordagem que reconhece e

valoriza as especificidades da primeira infância, especialmente dos bebês e crianças menores de três anos.

Os documentos refletem uma compreensão crescente da importância de integrar cuidado e educação de maneira indissociável, reconhecendo que ambos são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças. Existe uma tendência em direção a práticas pedagógicas que são sensíveis às necessidades e características das crianças nessa faixa etária, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e estimulante para o seu desenvolvimento.

A análise dos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) sobre a Educação Infantil no Brasil, especificamente o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são cruciais para entender como as políticas educacionais e práticas pedagógicas para bebês e crianças menores de três anos têm se desenvolvido e mudado ao longo do tempo. Inicialmente, a Educação Infantil no Brasil era mais centrada no cuidado, especialmente voltada para as necessidades das crianças de famílias de baixa renda, com um enfoque mais assistencialista.

Com a publicação do RCNEI em 1998, começou-se a reconhecer a importância de um currículo específico para a Educação Infantil, enfatizando o brincar e as interações sociais como meios fundamentais de aprendizagem e desenvolvimento. Este documento foi pioneiro ao integrar o cuidado e a educação, embora ainda com um foco mais geral em toda a faixa etária de 0 a 6 anos, sem muitas especificações para as crianças menores de três anos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010 representaram um avanço significativo, consolidando a visão de que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e destacando a integração do cuidar e educar. As Diretrizes ressaltaram a importância de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral das crianças, prestando atenção especial às necessidades das crianças menores de três anos. Este documento enfatizou a necessidade de ambientes seguros, acolhedores e estimulantes, e reconheceu a importância de formar vínculos afetivos fortes entre as crianças e os cuidadores/educadores.

A Base Nacional Comum Curricular de 2018 trouxe uma abordagem mais detalhada e específica para a Educação Infantil, estabelecendo competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas nas crianças. A BNCC enfatiza os direitos das crianças ao brincar, à expressão, à exploração e ao conhecimento de si mesmas, integrando cuidado e educação de maneira mais explícita. Este documento é notável por sua abordagem detalhada e específica para bebês e crianças menores de três anos, destacando a necessidade de um ambiente de aprendizagem que seja ao mesmo tempo acolhedor e propício ao desenvolvimento cognitivo, físico e sócio emocional. No entanto, apresenta-se de forma mais técnica e com ideologia neoliberal.

A análise desses documentos possibilitou perceber a presença de uma preocupação e certa evolução na compreensão do binômio cuidar e educar, com

uma ênfase crescente nas especificidades das práticas pedagógicas para bebês e crianças menores de três anos.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ivone Garcia; MARTINS SILVEIRA, Telma Aparecida Teles; SOARES, Marcos Antônio. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 77-90, 2019. Disponível em:

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/979/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Especificidades da Ação Pedagógica com os Bebês. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. **Anais...** Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7154-2-2-artigo-mec-acao-pedagogica-bebes-m-carmem/file> Acesso em: 15 nov. 2023.

BERNARDI, Daniela Filácomo. **A gênese da educação especial: a contribuição dos parques infantis da cidade de São Paulo: 1947 a 1957**. 2005. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2005. Disponível em:

[https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS\\_649eee78b83300723ef6e5b6b3dd67d8](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_649eee78b83300723ef6e5b6b3dd67d8) Acesso em: 2 out. 2023.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF, 6 fev. 2006b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm). Acesso em: 29 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V1. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Formação pessoal e social**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V2. Disponível em:



<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de mundo**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 240, p. 18, 18 dez. 2009. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN52009.pdf?query=cultura%20afro%20brasileira](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52009.pdf?query=cultura%20afro%20brasileira). Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Básica. MEC: Brasília-DF. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**: lei n.9.394/1996. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 21 nov. 2023.

CAMPOS, Maria Malta. A regulamentação da Educação Infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF,

v. 2. Maio 1998. p. 35-64. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/scfie1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Creches e pré-escolas no hemisfério norte**. São Paulo: Cortez, 1994.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CERISARA, Ana Beatriz. Educar e cuidar: por onde anda a Educação Infantil? **Revista Perspectiva**, Florianópolis, n. 17, p. 11-24, 1999. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10539/10082>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CERISARA, Ana. Beatriz. O referencial curricular nacional para a Educação Infantil no contexto das reformas. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 326-345, set. 2002. Disponível em:  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos\\_de\\_comunicacao/EDS/VOL23\\_N80/EDS\\_ARTIGO23N80\\_15.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/EDS/VOL23_N80/EDS_ARTIGO23N80_15.PDF). Acesso em: 10 out. 2023.

CORSINO, Patrícia. **Educação infantil: cotidiano e políticas**. Editora Autores Associados BVU, 2020.

HADDAD, Lenira. Currículo para a Educação Infantil: dilemas, tensões e tendências em debate. *In*: GARMS, Gilza Maria Zauhy; RODRIGUES, Sílvia Adriana. (Org.). **Temas e dilemas pedagógicos da Educação Infantil: desafios e caminhos**. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p.37-59.

HELDER, Raimundo. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, p. 1 e 2. 2006.

KRAMER, Sonia. **Infância e Educação Infantil**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.

KUHLMANN JR., Moysés. Educando a infância brasileira. *In*: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.470-498.

MELLO, Suely Amaral. Contribuições de Vigotski para a Educação Infantil. *In*: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; MILLER, Stela. (Orgs.). **Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas**. Araraquara: Junqueira & Marin; Marília: Cultura Acadêmica, 2006. p.193-202.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **O currículo na Educação Infantil:** o que propõem as novas diretrizes nacionais? [s.l: s.n.] 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6674-o-curriculonaeducacaoinfantil&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6674-o-curriculonaeducacaoinfantil&Itemid=30192). Acesso em: 22 dez. 2023.

PAIVA, Érika de Lima. **A importância do acompanhamento familiar no processo de aprendizagem em crianças na Educação Infantil.** 2023. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/74538/1/2023\\_tcc\\_elpaiva.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/74538/1/2023_tcc_elpaiva.pdf). Acesso em: 25 out. 2023.

SOUZA, Irene Garcia Costa. **Subjetivação docente:** a singularidade constituída na relação entre o professor e a escola. 2012. 223f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia e Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16082012-114112/publico/IRENE\\_GARCIA\\_COSTA\\_DE\\_SOUZA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16082012-114112/publico/IRENE_GARCIA_COSTA_DE_SOUZA.pdf). Acesso em: 18 nov. 2023.

Recebido em: 05 de abril de 2024.  
Aceito em: 02 de julho de 2024.  
Publicado em: 30 de outubro de 2024.